

O CONCEITO DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS

Por FARUCO SADIQUE

Numa situação como a de Moçambique, onde a maior parte da população vive em níveis de extrema pobreza e, deste modo, não tem condições para comprar um jornal regularmente ou dispor de um televisor; onde a maior parte da população é analfabeta e, logo, não sabe ler nem falar a língua portuguesa; onde a rede de comunicação é deficiente e, dessa maneira, não permite a ampla distribuição de periódicos pelos distritos, localidades, aldeias... as rádios comunitárias apresentam-se, seguramente, como o meio de comunicação social que mais facilmente pode atingir o público destinatário.

Para além de ser pouco onerosa para o ouvinte – é rara a família que hoje em dia não possua um pequeno receptor ao seu alcance – a rádio tem custos mais baixos em relação aos outros meios de comunicação, tanto na área de investimento como na da sua manutenção.

É este relativamente baixo custo que torna a rádio acessível aos não profissionais. Através de todas as formas de participação pública, este meio de comunicação é capaz de oferecer um importante papel de comunicador, principalmente na área da comunicação comunitária.

É assim que têm surgido em Moçambique nos últimos anos várias iniciativas de rádios comunitárias.

Na perspectiva do Projecto de Desenvolvimento dos Medias em Moçambique, que opera ao abrigo de um acordo entre o Governo moçambicano e o Fundo das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a rádio comunitária é aquela que é **da** comunidade, **feita pela** comunidade e **para** a comunidade, definindo-se a comunidade como um grupo geograficamente baseado e/ou um grupo social ou sector público que tem interesses comuns ou específicos.

Um documento sobre estratégias para o desenvolvimento das rádios comunitárias em Moçambique (Maputo, 2000) define a rádio comunitária como sendo um serviço de radiodifusão sem fins lucrativos, gerido com a participação da comunidade; responde às necessidades da comunidade, serve e contribui para o seu desenvolvimento de uma maneira progressista, promovendo a mudança social, a democratização da comunicação através da participação da comunidade. Essa participação varia de acordo com as condições sociais em que a estação opera.

A finalidade principal de uma rádio comunitária, refere ainda o mesmo documento, é contribuir para o desenvolvimento sócio-económico e cultural da comunidade, promovendo a cultura de paz, a democracia, os direitos humanos, a equidade e o

empowerment da comunidade onde está inserida. Uma rádio efectivamente comunitária deve estar na comunidade, servir a comunidade e ser da comunidade.

No guia prático *O que é a rádio comunitária*, publicado pela Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC, África) e Panos África Austral, refere-se que a rádio comunitária representa a democratização das comunicações, especialmente em África, pois através dela se cria uma base de participação popular no próprio processo de democratização do continente.

Nesse guia, são indicadas algumas vantagens da introdução das rádios comunitárias para o continente africano:

- O aspecto da língua será abordado com a introdução de estações comunitárias, dado o grande número de diferentes línguas locais em países africanos. Em África isto não é simplesmente uma questão de se as pessoas podem ouvir as radiodifusões, mas pelo contrário, se elas podem ou não compreender as radiodifusões.
- Aborda aspectos dos direitos humanos através do direito à informação e à comunicação;
- A maioria do povo em África encontra-se faminto no que se refere à informação. Nos dias que vão correndo na sociedade de informação, a rádio comunitária pode oferecer alguma forma de educação sobre os *media*, criando uma cultura de informação.
- Enfatiza a emancipação e a auto-estima.
- A rádio comunitária pode servir de uma espécie de plataforma de debate, intercâmbio de ideias e reacções aos vários planos e projectos. Isto pode acomodar as ideias do povo e satisfazer o seu bem-estar espiritual e psicológico muito melhor do que qualquer outra forma de radiodifusão.
- Preserva a identidade cultural: com a globalização da informação e o advento de comunicações através de satélite, a rádio comunitária pode oferecer às comunidades uma via económica e fundamental para a protecção da sua língua e da sua herança cultural. A rádio pode também servir como meio de oferecer um padrão à língua.

Através da análise dos conceitos acima referidos, depreende-se que as rádios comunitárias são de uma cada vez maior importância nas sociedades em que vivemos, pois através delas as comunidades passam a ter a sua própria voz. No continente africano as rádios comunitárias são relativamente recentes. Em 1985, pouco tempo depois do surgimento da primeira rádio, no Quénia, havia pouco mais de dez estações radiofónicas independentes em toda a África mas, na década seguinte, na sequência das rápidas e profundas mudanças sócio-políticas operadas no continente, em 1998 já largas centenas de estações de rádio independentes (incluindo as de gestão do tipo comunitário) estavam em funcionamento.

Esta verdadeira explosão de estações de rádio independentes registada em África sobretudo na década de 90 não só foi positiva do ponto de vista de tornar a informação

mais acessível aos cidadãos como também permitir às populações uma maior participação nos processos de democratização dos respectivos países.

Tão mais importante se torna a implantação de mais emissoras de rádio quanto se verifique que, segundo estatísticas, em todo o mundo, por cada mil habitantes, há mais aparelhos de rádio do que televisores ou jornais, considerando que a rádio é menos dispendiosa que a televisão e é mais acessível à maioria dos cidadãos.

No entanto, apesar da sua designação de rádios comunitárias, muitas emissoras africanas desse cariz não têm uma verdadeira ligação com as comunidades em que se encontram instaladas.

Verifica-se, com efeito, um certo espírito de doadorismo, se assim se pode chamar ao espírito de esperar sempre por um doador, seja uma entidade estatal, uma organização não-governamental, uma agência internacional especializada ou uma empresa.

Esta situação acaba por levar à instalação de rádios que, ao invés do espírito comunitário que deveria nortear a sua actividade, acabam por encerrar dentro de si interesses obscuros, que privilegiam os grandes grupos de doadores e financiadores, em detrimento das verdadeiras comunidades.

De qualquer modo, não importa o grau de comunitarização da rádio que esteja em constituição, o seu núcleo de criação deve definir claramente as suas fontes de sustentabilidade, sobretudo nas áreas financeira, técnica e de recursos humanos. Sem sustentabilidade, está claro, as rádios vão sobreviver por muito pouco tempo.

A sustentabilidade financeira da rádio pode vir de doadores (mas é preciso ter de vista que o *saco azul* não dura toda a vida!), do pagamento de anúncios, da venda de espaços de antena, da venda de senhas para dedicatórias dos ouvintes para os seus amigos e familiares, da contribuição dos membros da associação da rádio comunitária ou de outra forma que a criatividade humana permita imaginar.

Para a sustentabilidade técnica das rádios, se bem que o dinheiro seja fundamental, é preciso garantir a formação do pessoal que opera com os equipamentos, quer para o seu correcto uso quer para a sua manutenção.

A sustentabilidade dos recursos humanos é ainda mais complicada. A grande parte das rádios comunitárias vive de pessoal voluntário, ou seja, não assalariado, que acaba por ser inconstante e de constante mobilidade.

ESTRUTURA LEGAL

Do ponto de vista de estruturação, evidentemente que cada rádio vai encontrar o modelo que melhor convier ao seu esquema de funcionamento.

Com efeito, vamos encontrar rádios comunitárias com diferentes características e formas de gestão – há rádios alicerçadas em associações comunitárias, há as financiadas pelo orçamento do Estado; há rádios municipais, há as religiosas com orientação comunitária.

No caso concreto de Moçambique, a maioria das rádios comunitárias ou nasceu sob o tecto do Instituto de Comunicação Social; ou das Igrejas ou de associações comunitárias (como são os casos das rádios parceiras do Projecto de Desenvolvimento dos Medias da UNESCO/PNUD).

Naturalmente que as bases de sustentabilidade dessas rádios nas diferentes áreas (recursos técnicos, formação de pessoal, financiamento dos custos correntes) variam de caso a caso.

No entanto, no processo de constituição das rádios baseadas nas próprias comunidades, estas deverão organizar-se previamente, constituindo um órgão que possa cuidar dos interesses dessa comunidade junto da rádio. Esse órgão pode ser, por exemplo, uma associação da rádio comunitária.

A associação deverá ter os seus estatutos, que definam questões como os objectivos, meios de prossecução de tais objectivos; admissão, deveres e direitos dos sócios, órgãos directivos, etc.

O documento sobre estratégias para o desenvolvimento das rádios comunitárias em Moçambique, já atrás referido, salienta que uma rádio comunitária, para o seu funcionamento, precisa de ter um corpo deliberativo, um corpo executivo e um corpo fiscalizador, com a seguinte forma possível de organização:

- deliberativo (assembleia geral), composto por representantes da comunidades e coordenação/direcção da rádio;
- executivo (comité ou conselho de gestão);
- fiscalizador (conselho fiscal ou comissão de controlo).

Os estatutos de cada rádio comunitária devem definir claramente as funções dos diferentes órgãos directivos, de modo a que cada um saiba o que faz dentro da estrutura orgânica.

Constituída a associação, os seus membros deverão obter o seu reconhecimento legal, junto do Governador Provincial, após o que se fará o registo notarial.

O passo seguinte é a obtenção de licença e da frequência da rádio comunitária. Em Moçambique, o procedimento actual para o pedido de licença da rádio comunitária consiste em apresentar uma proposta respondendo a um conjunto de 12 perguntas, através da qual o Gabinete de Informação (GABINFO) faz uma primeira avaliação do processo. Em seguida, a documentação é encaminhada para o Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM), para a análise dos aspectos técnicos. Compete ao INCM a

atribuição das frequências para as rádios. O alvará das rádios é atribuído pelo Conselho de Ministros.

A obtenção da frequência e do alvará é um processo que envolve quatro aspectos, a saber:

- o reconhecimento da existência legal da associação pelo Gabinete de Informação, órgão sob tutela do Primeiro Ministro;
- a alocação da frequência (em FM) pelo Instituto Nacional das Comunicações;
- a emissão do alvará pelo Gabinete de Informação;
- finalmente, o Conselho de Ministros aprova e assina o processo e toma as devidas decisões.

Enquanto os primeiros três procedimentos levam entre um e dois meses, o último, de formalização e confirmação ao mais alto nível governamental, pode levar entre seis e doze meses.

No caso concreto das oito rádios parceiras do Projecto de Desenvolvimento dos Medias da UNESCO, neste processo de constituição dos órgãos comunitários, surgiu, posteriormente, a necessidade de distinguir as associações das próprias estações de rádio e isso levou ao estabelecimento de órgãos gestores das futuras rádios comunitárias, como são os casos dos comités de gestão, de mobilização comunitária, dos grupos editoriais, entre outros.

No seu funcionamento, estes órgãos obedecem às políticas e, principalmente, à missão definida pela associação, enquanto proprietária da rádio, e coordenam a sua execução pelos funcionários da rádio, sejam eles assalariados ou voluntários.

A formação reveste-se, igualmente, de importância extrema em todo o projecto de constituição de rádios comunitárias, dado que esta componente visa a criação de bases sustentáveis para o funcionamento, consolidação e permanência duradoira da estação.

Na base de um levantamento de necessidades na área de formação, o Projecto de Desenvolvimento dos Medias da UNESCO/PNUD, por exemplo, desenhou para as rádios suas parceiras um programa de formação a três níveis, designadamente:

- Cursos formais, abrangendo as áreas de gestão, programação, pesquisa de audiência, manutenção preventiva e técnica. São cursos normalmente organizados pelo NSJ para o Projecto Media, em que tomam parte três a cinco pessoas de cada comunidade.
- Cursos informais, através do processo de orientação, tendo como alvo e incluindo todos os potenciais voluntários numa certa comunidade. Para tal, os orientadores trabalham nas diferentes comunidades. Trata-se de um processo aberto a todos os voluntários, não havendo limitação quanto ao número de participantes.

- Formação por observação, isto é, através do contacto directo com outras realidades. Este tipo de formação tem lugar como parte dos cursos formais, em que, quando possível, se incluem visitas de campo, a outras rádios, etc. As comunidades têm, igualmente, planificado visitas a estações de rádios comunitários, religiosas, comerciais e públicas.

A formação do pessoal apresenta-se de tal modo importante que é pensamento do Projecto de Desenvolvimento dos Medias da UNESCO/PNUD a montagem de uma estação de treino de rádio comunitária, que garanta a capacitação contínua de um maior número de pessoas na comunidade, bem assim como manter o esquema de treinamento do pessoal nas próprias rádios.

O dia-a-dia das rádios comunitárias é vivido de forma criativa e a sua efectividade inclui a compreensão e implementação dos seguintes aspectos:

- Definição clara da missão;
- Definição da comunidade a quem a estação pretende servir;
- Dinamismo e participação de todos os sectores da grande comunidade;
- Avaliação contínua da sua programação dentro dos grupos editoriais e na estação;
- Relacionamento sólido e salutar entre a associação das rádios comunitárias e outras estruturas;
- Definição de políticas para a actividade dos voluntários, formação, etc.

Uma importante fonte de inspiração para as rádios comunitárias ora em criação pode ser o seu envolvimento nas actividades da AMARC, se bem que, no caso específico de Moçambique, ainda não se note uma forte actividade dessa associação.

A AMARC é uma associação internacional de rádios com orientação comunitária. Para além das actividades globais internacionais iniciadas na sua sede em Montreal, no Canadá, organiza actividades a nível regional.

O continente africano é coberto pelo escritório da AMARC sediado em Joanesburgo, na África do Sul, o qual organiza encontros, como seminários, *workshops* e cursos de formação, dos mais diversos temas, desde técnicas inovadoras a métodos interessantes de produção de programas. As actividades são organizadas quer em inglês quer em português.

Em Moçambique existe uma rede nacional de rádios comunitárias, que congrega as rádios financiadas pelo ICS; as baseadas na Igreja Católica e as de associações comunitárias (como são os casos das parceiras do Projecto de Desenvolvimento dos Medias da UNESCO/PNUD e do Instituto Austríaco para a Cooperação Norte-Sul).

Esta rede tem vindo a organizar acções conjunta para o benefício das rádios comunitárias, destacando-se programas de formação de pessoal.

Paralelamente, a rede de mulheres de rádios comunitárias, que em Março de 2001 realizou o seu encontro constitutivo em Chimoio, e aqui nos encontramos para a segunda grande reunião, pode representar uma base de apoio não só das mulheres e dos seus programas específicos nas estações emissores, mas também para facilitar o fortalecimento geral dos grupos de trabalho. Esta rede, que passou por um período de letargia, está agora numa fase de reactivação.

Embora na maior parte das rádios comunitárias as mulheres apareçam em número inferior em relação ao dos homens, é inegável que elas desempenham um papel importante nas nossas comunidades.

As mulheres são normalmente aquelas que no dia-a-dia cuidam das casas, dos filhos; são elas que mais participam na educação dos filhos, são elas que vão às machambas, são elas que procuram a água, são elas que preparam os alimentos...

Em contrapartida, são as mulheres aquelas que, na maior parte das nossas comunidades, têm menor acesso à educação, ao emprego; são elas as maiores vítimas da violência doméstica, são obrigadas a casar ainda em tenra idade...

Em muitas regiões do país, as mulheres acabam por constituir o maior número de ouvintes das rádios, dado que são elas as que mais tempo passam em casa.

Por estas e outras razões, torna-se importante um maior envolvimento das mulheres na produção de programas para as rádios comunitárias – tanto os programas específicos sobre a mulher como os de diferentes áreas, em que a mulher joga um papel fundamental.

Em suma, as rádios comunitárias devem procurar capitalizar uma das suas grandes importâncias: o facto de serem o meio de comunicação social mais democrático, participativo e imaginativo.